

“ELAS NAMORAM, ESTUDAM E AINDA JOGAM FUTEBOL”: CARREIRAS E TRAJETÓRIAS DE JOGADORAS DO FUTEBOL NO ESPORTE CLUBE RADAR¹.

Caroline Soares de Almeida

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC

Dados de 2005 apontavam um número de 400 mil jogadoras de futebol cadastradas na Confederação Brasileira de Futebol (FRANZINI. *Op. Cit.*). Número irrisório, segundo o autor, se compararmos a quantidade de jogadores homens em atividade no mesmo período. Ser jogador de futebol tornou-se sonho de menino desde que esse esporte se popularizou no Brasil. Hoje, além do prazer em jogar e da vontade de tornar-se herói de seu país, a garotada busca ascensão econômica e social rápida. A possibilidade de viver em outros países também é um fator de extrema relevância quando o jogador começa a se destacar nos gramados. Entretanto, segundo argumenta Carmen Rial (2009), o futebol, como profissão, é altamente excludente:

Calcula-se que, no Brasil, de 100 jogadores que atingem a categoria de juniores (a última antes da profissionalização), apenas um torne-se profissional, e 90% desses profissionais receberá como pagamento entre 1 e 4 salários mínimos. Dos 10% que sobram, ou seja, que recebem mais de 4 salários mínimos, calculo que apenas 1% transitará pelos grandes centros futebolísticos mundiais, e destes, apenas uns 500 receberão entre 400 mil a 40 milhões de euros anuais (RIAL, 2009, p. 1).

Mas, e o futebol feminino? Como são trilhadas as carreiras das jogadoras de futebol no Brasil? Qual a trajetória dessas mulheres? O que elas esperam conseguir dentro do futebol? Poucos clubes investem na formação de jogadoras. De acordo com Carmen Rial (2010), o *Santos F. C.*², no final década passada, possuía um centro de treinamento com cerca de 800 meninas na faixa etária dos nove anos. Além do clube do litoral paulista, o *São Paulo F. C.*, o *Clube Atlético Mineiro* e o *Sport Recife* também investiam no treinamento de meninas. Quando adultas, ressaltava Rial, a maioria das jogadoras ganham em torno de R\$ 500 por mês. Clubes maiores pagam salários que variam de R\$ 1.500 a R\$ 5 mil. Há trinta, trinta e cinco anos, mal existiam escolinhas de futebol oficiais. As mulheres

¹ Esta pesquisa é parte da minha dissertação intitulada “Boas de Bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol na década de 1980 no Esporte Clube Radar”, orientada pela Professora Dra. Carmen Silvia Rial e financiada com o apoio das instituições: Instituto de Pesquisa Brasil Plural, CNPq, FAPESC e FAPEAM.

² A equipe de futebol de mulheres do *Santos F.C.* foi desmembrada em janeiro de 2012, após a presidência do clube anunciar que não haveria mais verba para manter o time.

davam seus primeiros passos na reinvenção desse esporte banido a elas por anos³. Estamos falando de um período em que o futebol está consolidado como parte da identidade nacional, porém, uma identidade construída a partir de uma “norma masculinizadora”. Judith Butler fala sobre as *regulações de gênero* a partir de uma heterossexualidade compulsória e atribui papel importante à linguagem na produção da construção das “categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo” (2003, p. 9). Fazendo uma analogia ao futebol, podemos dizer que o esporte foi ao longo do Século XX “masculinizado” não apenas no Brasil, mas em também em outros países. Aqui, as leis proibitivas ajudaram a reforçar esse processo performativo ao legitimar uma determinada “ordem natural”. Este ensaio trata de questões mais cotidianas relativas ao futebol praticado por mulheres durante a década de 1980: trajetórias de vida; carreira; campeonatos; relações com dirigentes, torcedores, familiares; entre outros.

Ao contrário dos futebolistas brasileiros que têm seus projetos de carreira apoiados pela família desde meninos (RIAL, 2008), bem como das brasileiras na atualidade (PISANI, 2012), as jogadoras do Radar, em grande parte, trilharam um projeto individual. A maioria de minhas entrevistadas relatou que a família não oferecia apoio, o que fazia com que começassem suas carreiras mais tardiamente⁴. Havia jogadoras que, sendo praticantes de outros esportes durante a adolescência, optaram por iniciar no mundo do futebol depois, enquanto outras começaram a jogar com irmãos, primos e amigos.

Muitas das jogadoras trabalhavam em outras atividades além do futebol, principalmente aquelas que possuíam formação acadêmica. O sentimento de inexistência de um profissionalismo em tal esporte fazia com que algumas atletas procurassem recursos fora do gramado:

A pessoa também tem que ter uma cultura e parar de estudar nunca foi uma boa porque essas meninas logo para frente pararam de jogar. Carreira encerra e não ganha dinheiro. Não ganhavam dinheiro e depois retomar os estudos e eu dizia: estudem gente, porque futebol feminino é uma brincadeira hoje. É um sonho,

³ As leis proibitivas em torno não só do futebol, mas de outros esportes, às mulheres permearam o século XX no Brasil: em 1941, o Art. 54 do Decreto-Lei criador da CND já trazia a proibição para mulheres em atividades desportivas incompatíveis com sua natureza; vinte e quatro anos mais tarde, durante o período da ditadura militar, o futebol foi proibido através da Deliberação n.7/65. A proibição ao futebol jogado por mulheres foi revogada em 1979 através da Deliberação CND n.10. No entanto, a regulamentação dessa modalidade só aconteceu em 1983.

⁴ Pisani também questiona a forma tardia como as mulheres ingressam no futebol. No entanto, seus argumentos apontam para a falta de escolinhas destinadas à formação de jogadoras.

mas é uma brincadeira. Não é profissional, não vai. A não ser uma ou outra que saia, mas ninguém saía naquela época. Uma ou outra (Maria⁵).

Cabe a discussão do que seria profissionalismo para essas jogadoras de futebol. O ser profissional está no entendimento de receber pagamento pela permanência no clube a ponto de não precisar de outra ocupação remunerada enquanto atleta da bola. Mariane Pisani (2012) aborda o tema em uma pesquisa realizada com jogadoras do clube de futebol *Foz Cataratas do Iguaçu*. Os resultados encontrados pela autora sobre o entendimento das atletas do clube acerca da profissionalização são semelhantes aos das futebolistas da década de 1980. O profissionalismo no futebol praticado por mulheres está em manter-se, ter uma vida estável, poder adquirir bens de consumo, comprar imóveis, ajudar familiares através apenas do jogo. Sobre o tema, a reportagem “As Invencíveis” da revista *Placar*⁶, fala de como a ponta-de-lança⁷ Pelezinha vive o futebol como única chance de um futuro financeiro mais seguro, já que havia parado com os estudos ainda no *primário*, assim acreditava na profissionalização do esporte. Durante minhas entrevistas em campo, somente uma das jogadoras, apesar de ser formada em Direito e em Artes Dramáticas, afirmou ter vivido apenas do futebol. Porém, torna-se importante salientar que, apesar da iniciativa da própria jogadora em inserir a profissionalização do futebol de mulheres na Constituição de 1988, apenas em 1998, com a Lei Pelé⁸ pode-se perceber um movimento maior em prol da profissionalização do esporte no Brasil. Em 1993, a Lei Zico já sugeria regras à profissionalização do futebol, mas foi a Lei Pelé que apresentou caráter impositivo.

Assim como as jogadoras, a imprensa brasileira relacionou a mesma imagem à questão do profissionalismo no futebol de mulheres: “Meg mora com duas amigas em Copacabana é professora de educação física e não vive do futebol. Tem a esperança de que, com a chegada do profissionalismo, isso possa acontecer. Enquanto isso ela treina com a dedicação de um profissional⁹”. Mesmo que tanto as jogadoras, quanto a própria imprensa, deem a sensação de espera por uma legislação própria ao profissionalismo do futebol praticado por mulheres no Brasil, a relação com salários que as suportassem financeiramente também é evidenciada.

⁵ Neste ensaio, optei por não tratar minhas interlocutoras por codinomes.

⁶ Revista Placar. “As invencíveis”, 1 de fevereiro de 1985.

⁷ As pontas-de-lanças eram atacantes responsáveis por puxar as jogadas do meio campo ao ataque através dos lados e colocar a bola dentro da grande área para suas companheiras.

⁸ A Lei Pelé instituiu normas gerais ao desporto brasileiro baseadas na Constituição Federal.

⁹ Revista Placar. “As invencíveis”, 1 de fevereiro de 1985. p. 28.

Por outro lado, Jean Williams (2011) e, seu artigo *Women's Football, Europe and Professionalization 1971-2011: Global Gendered Labour Markets*, avalia a existência de três fases do profissionalismo durante a trajetória do futebol de mulheres no mundo: *micro*, *meso* e *macro*. O *microprofissionalismo* corresponderia ao período anterior à criação de ligas apoiadas pela FIFA e UEFA, entre as décadas de 1960 e 1970, quando uma nascente do profissionalismo fora primeiro desenvolvido. A existência de campeonatos amadores, sobretudo na Itália, possibilitou que a carreira de algumas jogadoras pioneiras se destacasse. O *mesoprofissionalismo* remeteria ao intervalo de tempo que o futebol de mulheres na Europa já estava sob a jurisdição dos órgãos oficiais do futebol, FIFA e UEFA. Esses anos ficaram marcados pelo crescimento de oportunidades internacionais apresentadas pela criação do *UEFA Women's Champions League* pelo estabelecimento da *Copa do Mundo de Futebol Feminino*. A última fase, o *macroprofissionalismo*, apresenta-se com uma multiplicidade de competições e torneios internacionais, onde as mulheres podem mostrar seu talento no futebol. O *macroprofissionalismo* corresponde ao período atual, sendo marcante a intensificação das relações sociais em escala mundial, caracterizadas pelo processo de globalização. Embora se possa estimar com certa confiança que poucas mulheres ganham em tempo integral salário jogando futebol na Europa, é possível ver que existem mulheres ocupando funções auxiliares em várias outras áreas: técnica, relações públicas, fisioterapia, administração e psicologia do esporte. A autora ressalta que tais fases descrevem uma infraestrutura crescente de oportunidades às jogadoras em geral, porém, existe variação entre os países europeus e, mesmo, entre os países em desenvolvimento. Essas variações acabam complicando um pouco o quadro.

No entanto, ao que se deve o exemplo brasileiro, podemos pensar que o *Esporte Clube Radar* fez parte dos processos de *micro* e *meso* profissionalismo. Vemos a partir de 1979 – pós-proibição – o desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil a partir da criação de algumas equipes e a promoção de jogos que vociferavam pela regulamentação do esporte. Dentro dessa perspectiva, algumas jogadoras se destacaram umas mais pelo talento, enquanto outras mais pela beleza. O período foi marcado por uma intensa articulação, de dirigentes e jogadoras, a fim de apresentar à sociedade brasileira o jogo de futebol de mulheres. Essas manifestações continuaram em decorrência do estágio de *mesoprofissionalismo*, quando o futebol de mulheres passou a ser de domínio da FIFA e a instituição promoveu os primeiros campeonatos. Aqui no Brasil, a CBF foi instruída pela FIFA a proceder da mesma maneira. No entanto, na prática, o apoio aos campeonatos

nacionais ficou restrito à permissão para que os jogos pudessem acontecer em estádios oficiais. A CBF começou a organizar os torneios de mulheres apenas em 1994, no primeiro *Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino*, ocorrido no Rio Grande do Sul. Tudo isso seria decorrente do adiantado estágio do profissionalismo no futebol europeu, da já consolidada Liga Americana, e, por que não, do desenvolvimento do futebol entre as brasileiras.

Percebemos que a fase de *mesoprofissionalismo* ainda não teve fim. Mesmo com a chamada *Era Marta*, quando a escrete brasileira conquistou os vice-campeonatos na Copa do Mundo de Pequim e nas Olimpíadas de Atenas e Pequim, parecemos ainda permanecer num estágio de transição entre o *meso* e o *macroprofissionalismo*. Ainda não temos um calendário que se estenda durante o ano inteiro e os campeonatos acontecem em função dos campeonatos de homens (PISANI, Op. Cit.) – a ideia é que torneios de futebol de mulheres devem existir, mas sem atrapalhar o andamento dos jogos de futebol praticado por homens.

Como podemos notar, Jean Williams tem uma visão um pouco diferenciada da versão apresentada pelas jogadoras brasileiras no que diz respeito ao profissionalismo no futebol de mulheres. Enquanto no Brasil o profissionalismo está ligado diretamente a aspectos econômicos, para Williams, o ser profissional do futebol significa mais. Remete a uma escala progressiva que inclui: campeonatos fortes e globalizados, circulação intercontinental de atletas e desenvolvimento econômico baseado na instituição de marcas patrocinadoras. Durante a década de 1980, marcas famosas no país já patrocinavam o futebol de mulheres. Vimos a respeito do *ECR*, que durante sua trajetória empresas privadas ofereciam-se como patrocinadores em troca da introdução do logo ao nome do clube – *Unibanco*, *Banerj*, *Mondaine*, *Le coq sportif*. A *Penalty*, marca relacionada a chuteiras e outros materiais esportivos, também foi patrocinadora de uma ex-jogadora do Radar, quando fora jogar em um clube paulista: “A *Penalty* me contratou. Fui a primeira jogadora a ser patrocinada por uma empresa. De futebol. [...] eu jogava futsal e jogava campo. Sempre com o patrocinador da *Penalty*”.

Sobre a rotina, as jogadoras do *Radar* treinavam três horas por dia de segunda a sexta, sendo os jogos reservados aos finais de semana. Em épocas de campeonatos, as atletas chegavam a treinar cerca de sete horas por dia. Como Copacabana já não dispunha na época de espaços vazios onde poderiam existir campos – os terrenos na região já estavam muito valorizados –, os treinos eram realizados em lugares afastados, tais como o

campo da *Light*¹⁰ em Grajaú e no CEFAN/Marinha na Avenida Brasil. *Kombis* faziam o trajeto Zona Sul/Zona Norte. A sede do *ECR* correspondia a uma área de 5.000 m² de área construída, tendo duas piscinas aquecidas, salas de fisioterapia e musculação. As jogadoras daquele período ainda afirmaram existir um salão de beleza no local onde faziam as unhas e os cabelos.

A comissão técnica do Radar era composta por homens – técnicos, dirigentes, treinadores, massagistas. A existência de homens em cargos tanto de chefia quanto de proximidade, de toque, geravam reclamações já que muitas jogadoras sentiam-se assediadas ou molestadas sexualmente:

E massagista? Massagista é homem. [...] Mesmo que seja profissional. O cara começa a fazer massagem na perna de uma mulher, ainda mais perna de jogadora que é bonita. O cara se excita. Acontecia comigo, acontecia com outras jogadoras. [...] Um técnico de escolinha de base, para fazer a seleção abusava das meninas. Agora já pensou também se pegar as meninas. E aconteceu de treinador na época engravidar jogadora. Eles colocam, mas tem que transar com eles. Se você pegasse essas meninas que jogaram com o Eurico você ia saber quanta história tem do Eurico. Tem muita história (Ruth).

A relação de poder existente nos bastidores das equipes de mulheres giravam em torno de uma tensão sexual imposta por alguns membros da comissão técnica. Em determinada ocasião, uma das jogadoras, cansada de escutar as reclamações das colegas com relação ao técnico, foi até ele avisou que iria denunciá-lo caso tal situação se mantivesse. Como resposta a isso, o técnico a puniu com suspensão:

Então ele achava que tinha que ser da maneira que ele quisesse porque ele gostava de umas meninas lá. E eu não aceitava isso. Eu sempre dizia: - Não faça isso. [...] Tanto que ele me deixou num jogo no Morumbi no banco. Aliás, não foi nem no banco foi lá em cima. Aí o Seu Oscar perguntou: o que que está acontecendo com a Ruth? Ah, ela está machucada. Ai ele foi lá na pra me chamar: Ruth, você está machucada? Eu não! Então porque você não está nem no banco. Ué, pergunta para o treinador. Rapidinho o treinador me mandou descer. Senão ia ter bronca né. Agora eu não sou liderança pra nada não. Eu não briguei, não continuo brigando pelo futebol feminino por acaso (Ruth).

As jogadoras do *Radar* compartilhavam, além disso, outras práticas sociais cotidianas: passeavam, frequentavam a praia, saíam para dançar juntas. As provenientes tanto de outras cidades, quanto de bairros da periferia do Rio de Janeiro, moravam no mesmo apartamento em Copacabana. Dessa forma, a proximidade de moradia facilitava o convívio entre as companheiras. Essa união do grupo *Radar* fez com que a equipe se tornasse reconhecida e lembrada no local como ícone entre geração que prezava os

¹⁰ Companhia de Energia Elétrica do Rio de Janeiro.

esportes, o sol e o mar da Zona Sul carioca¹¹. Apesar disso, o futebol praticado por mulheres ainda estaria longe de uma, por que não, glória. Às futebolistas ainda eram atribuídos mais valores negativos do que positivo. Faltava ainda, segundo os relatos colhidos em campo, um reconhecimento. Mas afinal de contas, de que reconhecimento essas ex-atletas falavam?

Ao levar em consideração as relações historicamente construídas pelo discurso normativo vigente ao longo dos anos de proibições em torno da prática do futebol por mulheres no Brasil, o reconhecimento acabava mostrando-se em estágios de relações sociais ainda por vir. Essa rede de relações é mais bem explicada a partir da história de vida e do papel social conferido às próprias jogadoras. Relaciono isso com a ideia de *projeto* e *metamorfose* pensada por Gilberto Velho (2003). A *metamorfose* é aduzida no sentido de “mudança individual dentro e a partir de um quadro cultural”. O autor percebeu que os movimentos de contracultura auxiliaram no processo de *apresentação de um novo eu*¹². Dessa forma, atribui à sociedade urbana moderno-contemporânea a tendência de constituir identidades a partir de um intenso *jogo de papéis sociais* que são adaptados a experiências e a níveis de realidade diversificados, podendo não apresentar conflitos ou contradições. Nas palavras de Velho:

Relaciono projeto, como uma dimensão mais racional e consciente, com as circunstâncias expressas no *campo de possibilidades*, inarredável dimensão sociocultural, constitutiva de modelos, paradigmas e mapas. Nessa dialética os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais. A noção de *metamorfose*, inspirada no poeta latino Ovídio, parece-me ser mais capaz de lidar com a drasticidade desses processos, do que a visão mais convencional de uma teoria de papéis. [...] Aqui, no nosso caso, mesmo nas mudanças aparentemente mais incisivas de identidade individual, permanecem as experiências e vivências anteriores, embora reinterpretadas com outros significados. Entre um *self* fixo e imutável, por detrás das aparências, e uma plasticidade total, procuro captar o jogo da permanência e mudança (VELHO, 2003, p. 8-9).

Dentro da perspectiva abordada neste estudo, podemos pensar no reconhecimento como um *projeto* a ser alcançado pelas jogadoras da década de 1980 entrevistadas. Esse projeto, não obstante, é subdividido em estágios, como metas, a serem alcançados partindo de uma nova apresentação do *self* baseado em novas posturas de luta – *metamorfose*. Explicarei melhor no decorrer destas linhas a tentativa desse diálogo entre a teoria de Gilberto Velho e as narrativas de minhas interlocutoras.

¹¹ Revista Placar, Os reis da praia, 22 de fevereiro de 1984.

¹² Para tanto, Gilberto Velho utiliza da ideia de Erving Goffman de *presentation of self*.

O reconhecimento do futebol de mulheres, segundo o que vi durante minha experiência em campo colhendo depoimentos de ex-atletas da bola, gera uma linha mais ou menos progressiva que culminaria no estágio ideal. Conseguir ter uma vida financeira estável, ter um calendário que preencha o ano, ter torcedores apoiadores do esporte, obter sucesso entre o público e ter a família ao lado estão entre esses ideais. A maioria das entrevistadas compara o futebol de mulheres ao futebol dos homens. Essa exigência se deve em parte pelas críticas sofridas através da imprensa e da sociedade brasileira. Dentro dessa análise, o final do caminho seria o de salários milionários, de luxo e de tratamento relativo às celebridades. Entretanto, houve entrevistadas que comparavam o futebol de mulheres ao vôlei e, almejando assim, uma carreira equivalente às jogadoras de voleibol no Brasil. Há também discursos que alimentam o desejo de que o futebol de mulheres seja tão recompensatório quanto nos Estados Unidos e alguns países da Europa. O quadro abaixo é um esquema dessa progressão do reconhecimento do futebol jogado por mulheres no Brasil de acordo com as ex-jogadoras do Radar.

Tabela 1 - Reconhecimento no futebol praticado por mulheres no Brasil.

ESTÁGIOS	<i>METAMORFOSE</i> /LUTA	<i>PROJETO</i> /ALCANCE	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Segurança no poder “ser” jogadora de futebol dentro de casa.	Família	Acompanhar os jogos.
Segundo	Ser jogadora de futebol o ano inteiro.	Campeonatos	Calendário de Campeonatos que preenchesse todo o ano.
Terceiro	Ser apenas jogadora de futebol.	Profissionalismo	Conseguir manter-se com o futebol.
Quarto	Ser vista como atleta do futebol pela sociedade, empresários e imprensa.	Público	Equidade ao futebol de homens, ao futebol de mulheres na Europa/EUA ou a outras modalidades como o vôlei.

Buscando novamente os conceitos de Gilberto Velho, a *metamorfose* poderia ser entendida como a luta para que cada um desses estágios fosse atingido. Ao quebrar essas barreiras, novas concepções são introduzidas na sociedade, tendo, por sua vez, a criação de novas formas de relações. Trata-se de reações em cadeia e progressivas – projeto/alcance, luta/metamorfose, reconhecimento, novas formas de relações sociais – que traçam o

caminho em direção ao que Jean Williams (2010) chamou de *macroprofissionalismo*, estágio atual do futebol de mulheres na Europa. Podemos pensar o futebol de mulheres durante a década de 1980 no Brasil assim: após anos de proibições, as mulheres lançam novos argumentos baseados em pensamentos coletivos sobre o questionamento da sua condição diante da sociedade brasileira, tida como patriarcal. Dessa forma, as mulheres acabaram restituindo-se nas areias e nos gramados. Com a ressalva, porém, que hoje em dia as jogadoras ainda têm de reforçar esse discurso continuamente. O final da década de 1970 e a década de 1980 representam um movimento em prol do início dessa relação, quando mulheres se organizaram em torno da vontade de jogar, de competir, de um dia o seu futebol ter um pouco do, ou quem sabe, ter o mesmo reconhecimento oferecido ao jogo dos homens. Afinal, estamos ou não no país do futebol?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. n. 50, vol. 25. São Paulo. p. 316 – 328.

PISANI, Mariane da Silva. **Poderosas do Foz: trajetórias**, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. 2012. 166 f. Dissertação (Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

REIS, Lúcia da C. L. **A mulher que joga futebol** – um chute no preconceito (Dissertação). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1997.

RIAL, Carmen. **Women’s Football in Brazil: invisible but under pressure**. Copenhagen: Sport as a Global Labor market; Male and Female athletes as migrants, 2010.

VELHO, Gilbero. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WILLIAMS, Jean. “**Women’s Football, Europe and Professionalization 1971-2011: Global Gendered Labor Markets**”, foomi-net Working Papers No. 1, 2011. Disponível em: <http://www.diasbola.com/uk/foomi-source.html>.

